



Alimentos e transportes puxam inflação de outubro para 0,45%, a maior desde 2015

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, ficou em 0,45% em outubro. É a maior taxa para o mês desde outubro de 2015 (0,82%). A inflação acumulada no ano é de 3,81% e a dos últimos 12 meses ficou em 4,56%, próxima ao centro da meta estabelecida pelo governo para 2018 (4,5%).

Os reajustes nos preços dos alimentos, bebidas e transportes foram os que mais contribuíram para o aumento da inflação, de acordo com os dados divulgados, nesta quarta-feira (7), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Juntos, os grupos Alimentação e bebidas (0,59%) e Transportes (0,92%) foram responsáveis por 71% da inflação de outubro. Os demais grupos tiveram variações mais leves e ficaram entre o 0,02% da Comunicação e o 0,76% dos Artigos de residência.

A alta em Alimentação e bebidas foi impulsionada, principalmente, pelo grupamento da alimentação no domicílio (0,91%), destacando-se o tomate (51,27%), a batata-inglesa (13,67%), o frango inteiro (1,95%) e as carnes (0,57%).

Nos Transportes, subiram o etanol (4,07%), óleo diesel (2,45%), gasolina (2,18%) e o gás veicular (0,06%). A passa-

gem aérea também desacelerou, mas ficou 7,49% mais cara em outubro.

Regionalmente, o maior índice ficou com a região metropolitana de Porto Alegre (0,72%), enquanto o menor índice (0,21%) foi registrado nas regiões metropolitanas de Recife e do Rio de Janeiro.

“Porto Alegre teve uma forte alta no tomate e na gasolina. As áreas com menores variações foram Recife e Rio. No Recife, o destaque foi a energia elétrica e o lanche. No Rio, as quedas foram no leite longa vida e na refeição fora de casa”, explicou o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves.

Fonte: CUT

Sindsep/MA realiza assembleias para eleição de delegados(as)

O Sindsep/MA estará realizando até o dia 29 de novembro, as assembleias regionais para a eleição de delegados(as) à Plenária Específica e Reforma Estatutária da entidade. Segue o calendário de assembleias:

MUNICIPIO	ENDEREÇO	DATA	HORA
BARRA DO CORDA	Gerencia Regional de Saúde - Rua Frederico Figueira, s/nº - Centro.	08/11	09:00
IMPERATRIZ	Auditório da FUNASA - Rua Coriolano Milhomem, nº 271 - Centro	08/11	15:00
PEDREIRAS	CRESSUPE - Avenida Marly Boueres, s/nº - Bairro Mutirão.	09/11	09:00
SÃO JOÃO DOS PATOS	Auditório da FUNASA - Rua Sá Sobrinho, nº230 - Centro.	09/11	15:00
PRESIDENTE DUTRA	Auditório da Regional de Saúde – Praça São Sebastião – Centro.	12/11	08:00
PINHEIRO	Auditório da Unidade Regional de Saúde – Rua Maria Pinheiro Paiva, s/nº - Santa Luzia.	13/11	08:00
BALSAS	Sec. Regional do SINDSEP – Rua Juscelino Kubitschek, nº27, Centro	13/11	09:00
CODO	Auditório da Unidade Regional de Saúde – Av. 1º de maio, nº1879 a Centro.	13/11	09:00
CHAPADINHA	Distrito da FUNASA – Rua Ananias Albuquerque, s/nº - Centro.	15/11	10:00
PINDARÉ - MIRIM	Auditório da Regional de Saúde – Praça Leão Maluf, nº 08 – Centro.	16/11	14:00
SÃO LUIS	Auditório do Hotel Ponta D’Areia – Avenida dos Holandeses, Qd 13, s/nº - Ponta D’Areia.	29/11	16:00



Estabilidade do Servidor Público em risco

Troca de governo e muitas novidades pela frente parecem não agradar e promete mexer com os ânimos dos servidores públicos. Pode ir à sanção presidencial o Projeto de Lei Complementar (PLP) 248/1998 que na prática acaba com a estabilidade no serviço público para quem for avaliado com baixo desempenho em suas atividades. A proposição que tramita no Congresso desde o governo Fernando Henrique estabelece avaliação periódica dos servidores públicos da União, Estados e Municípios. Pelo texto a avaliação periódica seria realizada pelo chefe imediato de cada servidor, ocorrendo a cada seis meses.

Para maiores esclarecimentos a Anasps, foi conversar com Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Análise Parlamentar (Diap), sobre os benefícios e malefícios que esse sistema pode provocar, bem como os recursos que entidades representativas dos servidores podem adotar para tentar contornar a situação.

De acordo com Antônio Queiroz, o único governo que deixou a pauta de lado foi o PT, e destacou que o governo de Michel Temer vem sofrendo uma pressão do próximo governo (Jair Bolsonaro) para que a medida possa ser aprovada ainda em 2019. Na avaliação do dire-

tor, o PLP é injusto e retira direitos já conquistados pelos trabalhadores. “Sem dúvida nenhuma um critério subjetivo dessa natureza traz muito malefício ao servidor. Porque tira do servidor a autonomia, e ele deixa de ser servidor do Estado e passa a ser servidor de governo”, disse. E completou dizendo: “Portanto, aqueles que não se adequem as diretrizes ou orientações governamentais, passam a correr o risco de perder o seu emprego”, afirma.

Não há muito o que se fazer, pois não existem mais instrumentos Legislativos para trabalhar – como a apresentação de uma nova emenda. Por isso, o especialista destaca que é preciso que as entidades façam muita “pressão” para que o projeto não vire lei. “É necessário convencer as lideranças partidárias e o presidente da Câmara para não pautar a matéria”, argumentou.

Queiroz alerta que as entidades de classe que representam os servidores devem ficar “de olhos abertos” para a não aprovação. “Ficar atento, conversar com os parlamentares, com a equipe de transição do novo governo para mostrar que esse projeto não atende nem aos servidores, e nem a administração pública. E se tiver que fixar algum critério para efeito de avaliação, que essa avaliação se dê no aspecto pecuniário e não na independência do servidor”, ressaltou.

Demissão

A proposição é considerada mais um ataque contra o serviço público, determina ainda que o servidor público só poderá ser demitido se tiver nota menor que 3, de zero a dez, em mais de uma avaliação seguida em critérios objetivos como assiduidade e compromisso. Se for mal avaliado, ele tem meios de melhorar a avaliação em até 3 anos.

Fatores de avaliação

Entre os fatores avaliativos fixos estão a produtividade e qualidade, sendo associados a outros cinco fatores variáveis, escolhidos em função das principais atividades exercidas pelo servidor no período, que são: inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa e foco no usuário/cidadão.

Quantos funcionários públicos existem no país?

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre encerrado em setembro de 2018, revela que cerca de 11,7 milhões de brasileiros estão empregados no setor público.